



EDITAL DE CONCURSO CAU/GO Nº 01/2021

**CONCURSO PÚBLICO NACIONAL DE PROJETO DE ARQUITETURA
PARA HABITAÇÃO QUILOMBOLA DE INTERESSE SOCIAL**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás – CAU/GO, autarquia federal de fiscalização profissional, regida pela Lei 12.378/2010, inscrito no CNPJ sob o nº 14.896.563/-0001-14, com sede na Av. Engenheiro Eurico Viana, nº 25, Quadra4, Lote 1E, Edifício Concept Office, 3º andar, salas 301 a 309, Vila Maria José, CEP 74.815-465, em Goiânia, Goiás, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, designada pela Portaria nº 58, de 11 de dezembro de 2020, **torna pública a realização de Concurso Público Nacional de Projeto de Arquitetura para Habitação Quilombola de Interesse Social – Edital de Concurso CAU/GO nº 01/2021, para, por meio da parceria estabelecida pelo Termo de Cooperação Técnica nº 01/2021 com a Agência Goiana de Habitação - AGEHAB, a seleção dos 03 (três) melhores propostas de habitação de interesse social para 1 (uma) tipologia de habitação unifamiliar econômica e expansível, em atendimento a programa estabelecido para a comunidade Quilombola residente no Estado de Goiás.**

O recebimento dos projetos ocorrerá entre os dias 16/08/2021 a 30/09/2021, conforme detalhado no item 07.

A presente Licitação será realizada na modalidade de Concurso, sob o critério de julgamento de melhor técnica, com abrangência nacional, e processada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelas disposições da Lei nº 12.378/10, que regula o exercício da profissão de Arquiteto e Urbanista e Resoluções do CAU/BR, pela Lei nº 11.977/09, Lei nº 11.888/08 e pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. O processo administrativo nº 1348894/2021 contém todos os documentos referentes à realização do concurso.

1. DO OBJETIVO E DO OBJETO

1.1. O objetivo do concurso é selecionar as 03 (três) melhores propostas de habitação de interesse social para 1 (uma) tipologia de habitação unifamiliar econômica e expansível, em atendimento a programa estabelecido para a comunidade Quilombola residente no Estado de Goiás.

1.2. A proposta classificada em 01º (primeiro) lugar, dentre as 03 (três) acima selecionadas, assinará um contrato administrativo com o CAU/GO, nos termos da Lei nº 8.666/93, para o desenvolvimento do projeto executivo, detalhado nos termos do Anexo I deste Edital, que será cedido à AGEHAB para fins de implementação do Programa Goiás Social, ou outro que



o venha substituir ou complementar, e que assegure às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e, subsídio para construção de habitação de interesse social no Estado de Goiás.

1.3. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás doará os 03 (três) projetos que melhor atenderem às condições estabelecidas neste Edital e o projeto executivo resultado do contrato com o proponente vencedor em 1º (primeiro) lugar do concurso, à Agência Goiana de Habitação, para que esta os implemente em seus programas habitacionais, conforme disponibilidade de recursos.

1.3.1. Os projetos classificados em 02º (segundo) e 03º (terceiro) lugar, que embora premiados, não constituirão objeto de contrato com o CAU/GO e serão cedidos à AGEHAB, a qual poderá utilizá-los conforme a necessidade e condições do órgão.

1.4. O programa de necessidades para elaboração do projeto está especificado no Anexo I deste Edital.

1.5. Para fins deste edital, sobretudo quanto à fase e modo de apresentação das propostas, o termo **PROJETO** compreenderá o **Estudo Preliminar**, na forma da NBR 6492/1994.

2. DO CRONOGRAMA DO CONCURSO

2.1. Cronograma estimado das atividades e prazos:

- Lançamento do Concurso – 16/08/2021.
- Envio dos Projetos – 16/08/2021 a 30/09/2021.
- Divulgação dos Habilitados – **18/10/2021**
- Julgamento da Comissão Julgadora – **26/10/2021 a 03/11/2021**.
- Divulgação dos Projetos Selecionados – **08/11/2021**.
- Divulgação do Resultado Final – **18/11/2021**

2.2. As datas previstas poderão ser alteradas, de acordo com a necessidade da Comissão Organizadora.

3. DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO

3.1. A coordenação do presente Concurso competirá à Comissão Organizadora designada pela Portaria CAU/GO nº 34, de 23 de junho de 2021, composta pelos seguintes membros:

- Coordenadora: Maria Ester de Souza – CAU nº A17082-8;
- Membro: Camila Dias e Santos – CAU nº A162823-2;
- Membro: Diogo Antônio da Paixão – CAU nº A44372-7.

3.2. A Comissão Organizadora do Concurso, com o suporte administrativo, financeiro e jurídico do CAU/GO tem como responsabilidades:



- 3.2.1.** Divulgar e distribuir informações sobre o concurso junto ao setor de Comunicação do CAU/GO;
- 3.2.2.** Acompanhar a recepção e homologação das inscrições efetuadas pelo setor de atendimento do CAU/GO que atenderem a requisitos exigidos neste edital;
- 3.2.3.** Acompanhar a recepção dos Projetos para a avaliação da Comissão Julgadora;
- 3.2.4.** Acompanhar os prazos e, junto com a CPL, monitorar o julgamento da classificação dos Projetos, separando e listando os casos de não cumprimento das normas do concurso;
- 3.2.5.** Zelar e proceder para assegurar a não identificação da autoria dos Projetos (verificando a inexistência de marcas identificadoras) durante todo o processo do concurso e do julgamento, garantindo absoluto sigilo até a divulgação final dos resultados e o cumprimento, pela Comissão Julgadora, das regras definidas nas normas do concurso;
- 3.2.6.** Providenciar a digitação e a publicação dos resultados e de outros documentos pertinentes de responsabilidade da Comissão Julgadora;

3.3. A Coordenadora deverá ter sua presença garantida em todas as fases do processo do concurso, sem direito a voto.

3.4. A Coordenadora deverá denunciar qualquer irregularidade que implique a desclassificação de Projetos concorrentes, ou a anulação do julgamento por quebra de sigilo ou desobediência às normas do concurso, por parte da Comissão Julgadora ou por terceiros.

3.5. A Coordenadora deverá, juntamente com a CPL, prestar os devidos esclarecimentos e saneamentos de dúvidas decorrentes do presente concurso.

4. DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

4.1. A Comissão Julgadora é constituída por 03 (três) membros, nomeados pela Portaria ~~nº 45, de 10 de agosto de 2021~~ nº 52, de 25 de outubro de 2021, abaixo identificados:

- A) ADRIANA MARA VAZ DE OLIVEIRA - CPF nº 382.303.721-87;**
- ~~B) FABIANA MARIA NUNES PERINI – CPF nº 799.942.961-91;~~**
- ~~MARCELO PERINI PERALTA CUNHA – CPF nº 914.721.051-68, e~~**
- C) JANIRA SODRÉ MIRANDA – CPF nº 231.183.692-72.**

4.2. A Comissão Julgadora será responsável pela análise e julgamento técnico preliminar de todos os Projetos apresentados, estabelecendo a classificação geral dos mesmos, definição de eventuais menções honrosas e destaques, assessoria à CPL na classificação dos Projetos e definição dos primeiros colocados. Deverá, ainda, redigir a ata de julgamento, com as considerações técnicas pertinentes, de acordo com os critérios constantes do Anexo I – Projeto Básico.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



5.1. Poderão participar deste Concurso quaisquer interessados que cumprirem os requisitos deste edital e que sejam necessariamente:

5.1.1. Se **pessoa física**, profissional habilitado da arquitetura e urbanismo, com registro e situação regular perante o CAU e em dia com suas obrigações fiscais, residente e domiciliado no Brasil;

5.1.2. Se **pessoa jurídica**, empresa ou instituição devidamente registrada e com situação regular perante o CAU, com contrato social que inclua atividades de arquitetura e urbanismo e com responsável técnico pelo Projeto que atenda às exigências do item anterior.

5.2. Os participantes devem atender a todas as exigências e condições deste Edital e apresentar todos os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente, por Certificação Digital ou pela CPL, desde que compareça com os originais.

5.3. A participação na licitação implica, automaticamente, a aceitação integral dos termos deste Edital, seus anexos e leis aplicáveis.

5.4. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de seus Projetos, sendo que o CAU/GO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

5.5. É vedada a participação de:

5.5.1. Arquitetos e urbanistas e empresas que não atenderem às condições deste Edital;

5.5.2. Empresas que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, em dissolução, em liquidação, consórcio de empresas, controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

5.5.3. Empresas suspensas de participar de licitações da União ou que estejam declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal ou que estão suspensas ou impedidas de licitar com o CAU/GO, enquanto perdurarem os motivos da suspensão ou impedimento;

5.5.4. Empresa que esteja reunida em consórcio ou coligação, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.5.5. Conselheiros do CAU/BR ou qualquer CAU/UF, ainda que suplentes, funcionários do CAU/GO, membro(s) da CPL, membro(s) da Comissão Julgadora deste concurso, ou pessoa que tenha participado como consultor da elaboração ou organização deste certame;

5.5.6. Empresa cujo(s) sócio(s), dirigente(s), responsável(eis) técnico(s) ou colaborador(es) seja(m) qualquer uma das pessoas citadas no item 5.5.5 ou que tenha(m) parentesco em até 1º grau com qualquer um deles;

5.5.7. Arquiteto e Urbanista que tenha(m) parentesco em até 1º grau com qualquer uma das pessoas citadas no item 5.5.5;

5.5.8. Empresas constituídas por familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança neste Conselho, conforme determinação do artigo 7º, do Decreto nº 7.203 de 4 de junho de 2010;

5.5.9. Pessoa física ou jurídica sem registro no CAU;



5.5.10. Pessoa física ou jurídica que estiver no período de cumprimento de sanção por falta ético-disciplinar decorrente de decisão transitada em julgado no âmbito do CAU;

5.5.11. Empresas distintas cujo responsável técnico seja o mesmo ou empresas que detenham um mesmo controlador ou controladores em comum;

5.5.12. É vedada a participação de qualquer inscrito em mais de um trabalho (Projeto), seja como coautor, membro de equipe, colaborador, consultor ou em qualquer outra condição.

5.6. As MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE deverão apresentar comprovação de enquadramento como ME ou EPP, por meio de certidão simplificada, expedido pela Junta Comercial do Estado, da Sede ou Filial da empresa participante.

5.7. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, as empresas que se enquadrem em quaisquer das exclusões relacionadas no art. 3º, da referida Lei.

5.8. Os licitantes que não residirem na cidade de Goiânia/GO, arcarão com todos os custos de deslocamento, bem como quaisquer outras despesas eventuais, que se fizerem necessários tanto para a participação como para a sua contratação, caso se sagre vencedor do presente concurso.

6. DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. Para a realização da licitação modalidade concurso fica dispensada a documentação de habilitação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, conforme autoriza o §1º do artigo 32 da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

6.2. Para a contratação do primeiro colocado, bem como para a premiação dos segundo e terceiro classificados, é indispensável a apresentação da documentação exigida no item 14.

7. DA INSCRIÇÃO DOS PROJETOS

7.1. O recebimento dos Projetos acontecerá entre os dias 16/08/2021 e 30/09/2021, conforme estabelecidas no cronograma deste edital, **exclusivamente por meio dos Correios**, sendo a inscrição comprovada pelo registro emitido pela ECT (Correios) e posterior emissão do protocolo gerado no Sistema de Informações e Comunicação do CAU - SICCAU referente à inscrição do concurso. O protocolo gerado será enviado ao e-mail do Proponente indicado no envelope de inscrição, na forma do item 7.5.2.

7.1.1. Serão desclassificados os PROJETOS apresentados fora do prazo.

7.1.2. Para os PROJETOS enviados via Correo, será considerada a data de postagem como limite. Todavia, se não forem recepcionados no CAU/GO até o dia 05/10/2021, serão considerados desclassificados.

7.2. Após o prazo de recebimento das propostas, será emitida uma ficha contendo os dados de identificação do participante para posterior identificação dos classificados e premiados.



Estas fichas ficarão sob a guarda exclusiva da CPL.

7.3. O Projeto deverá ser entregue em envelope formato A3 (42,0 cm x 29,7 cm) fechado, lacrado, **sem a identificação do participante**, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Edital de Concurso CAU/GO nº 01/2021

Concurso Público de Projeto de Arquitetura para Habitação Quilombola de Interesse Social

7.4. As especificações referentes ao Projeto estão descritas nos itens 8 e 9 deste edital.

7.5. Para despacho nos Correios, o proponente deverá inserir o envelope contendo o Projeto a que se refere o item 7.3 (Formato A3 – sem identificação), conforme as especificações deste edital, dentro de um segundo envelope, maior, tipo saco ou envelope plástico tamanho grande disponível nos Correios, ou equivalente, para postagem de documentos contendo, em caracteres destacados os seguintes dizeres:

7.5.1. No local do destinatário:

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS

Av. Engenheiro Eurico Viana, nº 25, Quadra 4, Lote 1E,
Edifício Concept Office, 3º andar, Salas 301 a 309, Vila Maria José,
CEP 74.815-465 Goiânia - Goiás.

EDITAL DE CONCURSO CAU/GO Nº 01/2021

Concurso Público de Projeto de Arquitetura para Habitação Quilombola de Interesse Social

7.5.2. No local do remetente:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE

NÚMERO DO CAU

Endereço

E-mail

Telefone

8. DA PROPOSTA E SUA FORMA DE APRESENTAÇÃO

8.1. O Projeto deverá ser apresentado **sem qualquer informação que permita a identificação de sua autoria**, seja mediante razão social, nome, pseudônimo, marca gráfica e outros, devendo constar apenas como identificação do envelope, o código do protocolo gerado no SICCAU realizado pelo setor de atendimento do CAU/GO, e conter, obrigatoriamente: plantas, cortes, vistas, perspectivas e outras peças gráficas pertinentes além do memorial de projeto.

8.2. A proposta deverá ser apresentada em meio **impresso e virtual** (arquivo digital em extensão PDF, resolução mínima 300dpi, imagens com configuração mínima 1920X1080



pixels) sendo, no máximo, 6 (seis) pranchas no formato A4 (29,7cm x 21cm) contendo no mínimo:

- a) Planta Baixa;
- b) Planta de Cobertura;
- c) 2 Fachadas;
- d) 2 Cortes;
- e) Perspectivas ou Rendereizações;
- f) Memória de Projeto;
- g) Definição sobre o sistema estrutural e principais métodos construtivos, materiais adotados e indicação de espécies para paisagismo.

8.3. Caso a proposta da edificação contenha escadas e rampas, pelo menos um dos cortes deverá mostrar a escada ou rampa no sentido longitudinal.

8.4. A proposta poderá conter, além do conteúdo mínimo acima descrito, desenhos e imagens suficientes para o pleno entendimento e boa apresentação do projeto como detalhes construtivos, desenhos do interior da edificação e imagens dos materiais de construção entre outros a critério do proponente.

8.5. O produto esperado para as propostas é o **ESTUDO PRELIMINAR (NBR 6492/1994)** com definição de volumetria da edificação, planta e layout de mobiliário e descrição de todas as aberturas e desníveis no projeto. A escala utilizada para apresentação dos desenhos fica a critério do proponente e deve prever a boa leitura dos dados apresentados na proposta impressa.

8.6. As propostas selecionadas deverão ser registradas no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás através do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT no nome do autor(res) de forma a registrar a participação de todos os membros da equipe, caso o projeto seja realizado por equipe. No caso de equipe, todos os membros deverão proceder ao Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

8.7. Cada arquiteto, grupo de arquitetos ou empresa de arquitetura poderá apresentar apenas 01 (uma) proposta para concorrer ao presente Concurso Público Nacional de Projeto de Arquitetura para Habitação de Interesse Social. A apresentação de mais de 01 (uma) proposta contendo o nome de um mesmo arquiteto, grupo de arquitetos ou empresa de arquitetura implicará na desclassificação automática das propostas.

8.8. A distribuição e a forma de apresentação do conteúdo nas pranchas são livres e o texto do memorial deverá estar contido nas próprias pranchas, podendo ser disposto em bloco em uma única prancha ou distribuído por todas elas.

8.9. Serão desclassificados os Projetos que forem apresentados em desacordo com as exigências e disposições deste Edital, do Projeto Básico e demais anexos e normas do concurso.

8.10. O licitante deverá apresentar o Projeto pronto, acabado e completo para julgamento, não sendo aceito variações alternativas de um mesmo trabalho, nem trabalhos incompletos.

8.11. Nenhuma prancha, desenho ou texto poderá conter marcas, símbolos, nomes próprios, rubricas, pseudônimos ou quaisquer outros elementos, além dos previstos nas normas do Concurso, que possam identificar a autoria do Projeto, sob pena de desclassificação.

8.12. O valor limite de construção da habitação proposta é de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, considerando todas as etapas, materiais e serviços.



8.12.1. O valor máximo deverá representar os custos para perfeita execução da unidade habitacional, inclusive despesas com materiais, mão de obra especializada ou não, equipamentos auxiliares e eventuais despesas com transporte de materiais, cargas e descargas em geral, ferramentas, encargos sociais, previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais, seguros em geral, tributos incidentes, encargos complementares tais como ferramentas individuais, equipamentos de proteção individual, alimentação, transporte urbano ou não, exames médicos e seguros obrigatórios, e quaisquer outras despesas geradas para a execução da unidade habitacional.

9. DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO

9.1. Serão avaliadas 1 (uma) tipologia habitacional econômica e expansível, que atenda as exigências da Norma de Acessibilidade (NBR 9050/2015), com o seguinte programa:

- a)** 01 (uma) Sala;
- b)** 01 (uma) Cozinha;
- c)** 01 (um) Banheiro (no corpo da edificação com acesso externo coberto);
- d)** 02 (dois) Dormitórios (1 casal e outro com duas camas de solteiro);
- e)** 01 (uma) Varanda (com fogão a lenha e local para lavar roupa);
- f)** 01 (um) local para guarda de carro e moto (coberto ou descoberto);
- g)** Previsão de expansão para 1 (um) ambiente multiuso.

9.2. A solução de expansão deverá ser prevista no sentido horizontal, preservando os limites mínimos estabelecidos para a área de implantação e tem como objetivo abrigar os diversos arranjos familiares e atividades desenvolvidas pelos residentes, considerando as características culturais das comunidades Quilombola (ver Nota técnica com indicação de material para pesquisa)

9.3. A unidade habitacional deverá **não poderá ultrapassar área total igual 70,00 (setenta) m²** de área construída, inclusive considerando a expansão.

9.4. A unidade habitacional deverá ter **pé direito útil mínimo de 2,50 m.**

9.5. A unidade habitacional deverá contemplar em sua estrutura laje de forro em todos os ambientes internos.

9.6. O sítio de implantação da habitação deverá ser considerado genérico, em zona rural, de topografia plana (máximo 5%) de inclinação, com um acesso por estrada.

9.7. As unidades habitacionais serão implantadas na área rural dos municípios do Estado de Goiás, conforme definição da AGEHAB

9.8. As propostas deverão contemplar a falta de abastecimento de redes de água e esgoto no local. Devem ser previstas instalações como poço e fossa para o abastecimento da



edificação.

9.9. Deverão ser observadas, ainda, as demais Especificações Técnicas constantes do Anexo I – Projeto Básico.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DO PROJETO

10.1. O Projeto deverá respeitar os parâmetros mínimos para aprovação pelos órgãos competentes, além das normas nacionais vigentes NBR 9050 – Acessibilidade e NBR 15.757 – Desempenho.

10.2. As notas atribuídas as propostas serão de 0 (zero) a 10 (dez) considerando os critérios descritos neste tópico, de forma global e integrada, sem fracionamento de nota por item dos critérios, sendo a melhor proposta a que atender ao maior número de itens mantendo a funcionalidade e garantindo a melhor proposta plástica.

10.2.1. Cada membro da Comissão Julgadora deverá atribuir uma única nota para cada proposta e a nota final de cada proposta será a média aritmética das notas atribuídas pelo total de membros da comissão. As propostas com nota média inferior a 7,0 (sete) serão desclassificadas

10.3. São critérios básicos dos Projetos, a serem considerados pela Comissão Julgadora, sem ordem de importância, os seguintes itens:

- a) Adequação as especificações técnicas
- b) Observação dos aspectos culturais
- c) Partido arquitetônico
- d) Aspectos plásticos e estéticos
- e) Funcionalidade
- f) Economicidade e viabilidade construtiva
- g) Sustentabilidade ambiental (Uso racional da água e eficiência energética)
- h) Conforto térmico
- i) Flexibilidade e adaptabilidade
- j) Economia construtiva
- k) Atenção a NBR 9050/2020 (Norma de Acessibilidade) e NBR 15.575/2020 (Norma de Desempenho)

10.4. A apuração dos critérios acima, e demais diretrizes constantes deste edital, será realizada considerando o nível de desenvolvimento do Projeto, as escalas dos desenhos, suas qualidade e as informações complementares constantes nos memoriais descritivos e croquis explicativos.

10.5. Considerando o clima quente predominante na maioria das cidades do Estado de Goiás, com períodos de seca entre maio e setembro e insolação intensa, a proposta deve conter soluções que garantam o conforto térmico da edificação e o bem-estar dos usuários, **observado ainda as demais exigências contidas no item 07 do Projeto Básico – Anexo I.**

10.6. Os materiais utilizados devem estar disponíveis no mercado não exigindo tecnologia e



mão de obra altamente especializada para a execução das obras, visto que serão implementadas por instituição pública e, portanto, serão alvo de licitação para contrato.

10.7. Concluído o julgamento dos Projetos pela Comissão Julgadora, será emitida classificação geral dos Projetos avaliados, conforme os prazos e datas do cronograma deste edital.

10.7.1. É facultado à Comissão Julgadora, caso não haja propostas que apresentem coerência com as Diretrizes do Concurso, declarar que não houve apresentação de projeto devidamente qualificado, o que constituirá licitação fracassada.

10.8. Os Projetos classificados serão encaminhados à CPL, juntamente com a ata de que trata o item anterior.

10.9. O resultado final contendo os Projetos classificados será publicado no sítio eletrônico www.caugo.gov.br e no Diário Oficial da União, conforme descrito no cronograma.

11. DA SESSÃO ABERTURA DOS ENVELOPES

11.1. A Comissão Julgadora procederá, em sessão de julgamento na sede do CAU/GO, à abertura dos envelopes contendo o PROJETO, sendo que todos os Projetos serão examinados tecnicamente pelos seus membros, mantido o sigilo quanto à autoria dos mesmos.

11.2. Caso a Comissão julgue necessário, considerando a quantidade de Propostas, poderá marcar nova sessão para continuar a análise dos documentos. Neste caso, todos os envelopes contendo os Projetos ficarão sob a guarda da Comissão Julgadora, até a conclusão da fase de análise técnica e classificação.

11.3. A ata com o registro da análise dos Projetos será lavrada pela Comissão Julgadora e encaminhada à CPL contendo a nota final de todos os Projetos do concurso, identificados apenas pelos códigos gerados pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

12. DA PREMIAÇÃO

12.1. A Comissão Coordenadora do concurso, após os julgamentos da Comissão Julgadora e da CPL, deverá apresentar os 03 (três) primeiros colocados, proclamando o único vencedor.

12.2. As possíveis Menções Honrosas definidas pela Comissão Julgadora receberão distinção por meio de diploma específico sem direito à premiação em espécie.

12.3. Todos os autores dos Projetos classificados no concurso poderão receber Certificados de Participação.

12.4. Além de certificados, os prêmios a serem atribuídos aos 03 (três) primeiros colocados no Concurso serão os seguintes, observados os impostos incidentes e as disposições do item 13 deste edital:

a) 1º Lugar: R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

b) 2º Lugar: R\$ 6.000,00 (seis mil reais);



c) 3º Lugar: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

12.5. O pagamento da premiação será feito aos 03 (três) primeiros colocados, na pessoa dos responsáveis técnicos dos Projetos, em até 30 (trinta) dias, após a homologação final do resultado do Concurso, mediante apresentação de RCI (pessoa física) ou Nota Fiscal (pessoa jurídica), no qual deverá constar a descrição da natureza do valor recebido, o nome do PREMIADO, endereço, o valor, o nome do CAU/GO e o número do presente Concurso.

12.6. É condição vinculativa da premiação dos 03 (três) primeiros colocados a apresentação completa da documentação descrita no item 14 deste edital.

12.6.1. Os autores das propostas classificadas em 2º (segundo) e 3º (terceiro) lugar deverão, como condição ao recebimento da premiação, assinar o Termo de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais, na forma do Anexo VIII, cedendo-os definitivamente a este Conselho na forma do Art. 111 da Lei 8.666/93.

12.7. A assinatura do contrato para elaboração do Projeto Executivo **é condição vinculativa da premiação do 01º (primeiro) colocado.** Descumprida tal condição, o primeiro colocado será desclassificado, convocando-se os remanescentes, na ordem de classificação, que farão jus à premiação respectiva com a exclusão do primeiro colocado. Para este caso, só serão considerados os licitantes com Projetos classificados, conforme os critérios de julgamento, ainda que em quantidade inferior a 03 (três).

12.8. O vencedor deverá, no ato da assinatura do contrato, apresentar declaração, comprometendo-se, em caráter irrevogável e irretratável, a executar o Projeto vencedor, renunciando aos direitos autorais decorrentes, cedendo-os definitivamente a este Conselho na forma do Art. 111 da Lei 8.666/93 (Anexo IX), que, por sua vez, o doará à Agência Goiana de Habitação, na forma do Termo de Cooperação Técnica firmado entre as entidades.

13. DA CONTRATAÇÃO DO VENCEDOR

13.1. Ao vencedor do concurso, em 1º (primeiro) lugar, está assegurada, como parte integrante da premiação, contratação para a execução do Anteprojeto, Projeto Executivo e Projetos Complementares, de acordo com a Minuta do Contrato – Anexo XI.

13.2. O valor bruto do contato a ser firmado entre o CAU/GO e vencedor, **é de R\$ 15.000,00 (quinze mil) reais, observados os tributos incidentes.**

13.2.1. Do valor da contratação não serão deduzidos os valores pagos a título de premiação, estabelecidos na forma do item 12.4.

13.2.2. Na forma do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o CAU/GO e a Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, os projetos executivos e complementares serão cedidos à AGEHAB, que poderá replicá-los indefinidamente, em diferentes terrenos e cidades do Estado de Goiás.

13.3. Os valores do contrato foram calculados de acordo com estimativa da Tabela de Honorários do CAU/BR – Anexo X, disponível no sítio www.caubr.gov.br.



14. DA HABILITAÇÃO

14.1. O CAU/GO convocará os 03 (três) primeiros colocados do concurso para apresentar a seguinte documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação técnica, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação:

14.1.1. Se PESSOA FÍSICA:

14.1.1.1. Da habilitação jurídica:

a) Cédula de Identidade.

14.1.1.2. Da regularidade fiscal:

a) Prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF);

b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

14.1.1.3. Da qualificação técnica:

a) Certidão de registro e regularidade expedida pelo CAU;

14.1.2. Se PESSOA JURÍDICA:

14.1.2.1. Da habilitação jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, devidamente comprovado o último registro no órgão próprio e, no caso de sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Identificação dos representantes legais da pessoa jurídica, compreendendo: Carteira de identidade e Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF).

14.1.2.2. Os documentos mencionados na alínea “b” do item anterior deverão indicar que o licitante tem, dentre os seus objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto desta licitação.

14.1.2.3. Da regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, do qual deverá constar atividade compatível à do objeto licitado;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (Certidão de Regularidade do FGTS - CRF);



- c) Prova de situação regular perante a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

14.1.2.4. Qualificação Técnica:

- a) Certidão de registro e regularidade expedida pelo CAU;
- b) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior habilitado, responsável pelo projeto, devidamente reconhecido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) - RRT de cargo e função;

14.1.2.5. Declarações:

- a) Declaração, assinada por quem de direito, que o licitante, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme disposições contidas na Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002, e inciso XXXIII, art. 7º, CF/88 (Anexo VII).
- b) Declaração de Contrato Social (Anexo VI), assinada por quem de direito;
- c) Declaração do SIMPLES NACIONAL, se optante;
- d) Se Microempresa ou Empresa de Pequeno porte apresentar Certidão fornecida pela Junta Comercial, certificando a condição, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data prevista para entrega dos envelopes.

14.2. O prazo para apresentação da documentação poderá ser prorrogado, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Presidência do Conselho.

14.3. Toda a documentação apresentada (documentos e certidões) deve estar dentro do prazo de validade, sendo que não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

14.4. Os documentos deverão, necessariamente, corresponder a um mesmo número de CPF (pessoa física) ou CNPJ (pessoa jurídica) e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

14.5. A CPL efetuará a análise da documentação a que se refere este item, lavrado em ata, preferencialmente em sessão conjunta para recebimento da documentação dos 03 (três) primeiros colocados do concurso;

14.6. Na análise e julgamento da documentação a CPL poderá sanar erros ou falhas da documentação que não alterem a substância do Projeto ou do Projeto Executivo a ser desenvolvido e apresentado, ou dos documentos e sua validade jurídica, mediante



despacho, fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

14.7. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da convocação por parte do CAU/GO para assinatura do contrato, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.8. Os documentos extraídos pela internet poderão ser conferidos, quanto à autenticidade, pela CPL junto ao site correspondente.

14.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis (Art, 43, §1º, Lei nº. 123/2006), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério do CAU/GO, para regularização da documentação.

14.10. A não regularização da documentação das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto no item acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14.11. Apresentada a documentação corretamente, o primeiro colocado será declarado vencedor do concurso.

14.11.1. O **LICITANTE VENCEDOR**, quando da assinatura do termo de contrato, deverá apresentar ao CAU/GO o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, pertinente a todas as etapas e serviços contratados.

14.11.2. Se o licitante deixar de apresentar quaisquer dos documentos constantes deste item, é facultado ao CAU/GO a convocação dos remanescentes, na ordem de classificação, considerados somente os licitantes com Projetos classificados, conforme os critérios de julgamento.

14.11.3. Não havendo participante classificada e habilitada poderá ser realizada nova publicação do concurso de acordo com o interesse e conveniência do CAU/GO.

14.12. O vencedor do concurso promoverá a cessão dos direitos autorais patrimoniais respectivos, na forma e condições estabelecidas na Minuta de Contrato.

14.13. O CAU/GO promoverá a publicação do extrato do Contrato firmado no Diário Oficial da União, na forma do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993, às suas exclusivas expensas.

14.14. A CPL manterá em seu poder os Projetos e documentação dos participantes até o término do período recursal de que trata a alínea "a" do inciso I do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, conforme cronograma.

14.15. À CPL, além do recebimento dos Projetos e exame da documentação, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem como decidir quanto às dúvidas ou omissões deste Concurso.

14.16. O CAU/GO convocará a licitante vencedora para, no prazo de 03 (três) dias, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

14.16.1. O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Presidência do Conselho;



14.16.2. É facultada à Presidência do CAU/GO, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e nas condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas a primeira classificada, ou revogar esta licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

14.16.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

15. RECURSOS

15.1. Caberão recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, em face dos atos praticados durante o Concurso.

15.2. As razões recursais deverão ser, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a divulgação dos vencedores, na sede do CAU/GO, mediante prévio agendamento ou pelo e-mail: assessoria@caugo.gov.br, endereçados à Comissão Permanente de Licitação. Os demais concorrentes poderão apresentar contrarrazões, em igual prazo, a partir da disponibilização da informação de interposição de recurso, no sítio do CAU/GO, sendo-lhes assegurada vista aos autos, mediante agendamento prévio junto à CPL.

16. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

16.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade ou vícios encontrados neste Instrumento, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes de Projetos, devendo o CAU/GO julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no §1º, do art. 113, da Lei nº 8.666/93.

16.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

16.3. O protocolo da impugnação deverá ocorrer na sede do CAU/GO, mediante prévio agendamento junto ao Setor de Atendimento, considerando as restrições de horário de atendimento presencial.

17. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

17.1. A CPL proporá à Presidência do CAU/GO a homologação e adjudicação à licitante vencedora, observados os critérios de julgamento e classificação estabelecidos neste Concurso.

17.2. A adjudicação do objeto da licitação será efetuada para o melhor Projeto, conforme critérios do presente edital.



18. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente licitação estão previstas nas contas de Pessoa Física: 6.2.2.1.1.01.03.01.001 - Remuneração de Serviços Pessoais ou Pessoa Jurídica: 6.2.2.1.1.01.04.04.028 - Outras Despesas, conforme a especificação dos vencedores da licitação, para o exercício orçamentário de 2021. Para o exercício seguinte, na rubrica correspondente.

19. DO TERMO DE CONTRATO

19.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

20. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

20.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação de RCI (pessoa física) ou Nota Fiscal (pessoa jurídica) a ser emitida pelo(a) **CONTRATADO(A)** com base na execução dos serviços, oficialmente aprovados pela Comissão Organizadora do **CONTRATANTE**, conforme as condições estabelecidas no Contrato e Projeto Básico.

20.2. O **CONTRATANTE**, após a conclusão e aprovação dos serviços pelo CAU/GO, efetuará o pagamento do preço avençado, parceladamente, com as retenções de tributos e contribuições previstas na legislação vigente, através de ordem bancária, a ser creditado em conta corrente, banco e agência informados pelo(a) **CONTRATADO(A)**, até o 10º (décimo) dia útil subsequente à emissão do Relatório de Aprovação, de que trata o item 20.4, condicionando-se, no entanto, tal crédito, à competente apresentação de nota fiscal/fatura (quando pessoa jurídica) ou RCI (quando pessoa física) que deverá ser, obrigatoriamente, expressa em moeda corrente nacional e não conter data de vencimento, observadas as exigências administrativas em vigor.

20.3. O pagamento será realizado da seguinte forma:

20.3.1. 1ª parcela: R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser paga até 10 (dez) dias úteis após a entrega do Anteprojeto.

20.3.2. 2ª parcela: R\$ 9.000,00 (nove mil reais), a ser paga até 10 (dez) dias úteis após entrega dos Projetos Executivos e Complementares.

20.4. A Comissão Organizadora do Concurso emitirá Relatório de Aprovação comprovando o atendimento aos itens previstos, exigindo, quando for o caso, a revisão dos Projetos. Somente após a devida aprovação será efetuado o pagamento previsto nos itens 20.2. e 20.3.

20.4.1. Antes da emissão do Relatório de Aprovação, o CAU/GO, através de sua Comissão Organizadora, poderá encaminhar os projetos apresentados para apreciação da AGEHAB, a qual, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento,



poderá indicar ajustes ou correções necessárias, os quais deverão ser encaminhados por escrito à Comissão Organizadora para inclusão em seu Relatório de Aprovação.

20.5. No caso de erros nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura (quando pessoa jurídica) ou RCI (quando pessoa física) serão os mesmos restituídos ao(a) **CONTRATADO(A)** para as correções necessárias, não respondendo o **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

20.6. A cada pagamento será verificada a situação do(a) **CONTRATADO(A)** quanto à regularidade fiscal, trabalhista e quaisquer outras que se fizerem necessárias, conforme exigências do presente edital.

20.7. Nos casos do item anterior, constatada a situação de irregularidade do(a) **CONTRATADO(A)**, este(a) será advertido(a), por escrito, em prazo a ser determinado na referida notificação, para que regularize sua situação, sob pena de rescisão contratual. O prazo definido na citada notificação poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

20.8. As empresas regularmente inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), junto à Nota Fiscal/Fatura (quando pessoa jurídica) ou ao RCI (quando pessoa física) deverão apresentar, em 02 (duas) vias, declaração comprovativa, para efeitos do inciso XI do artigo 4º, da Instrução Normativa nº 1234 de 11/01/2012, da Receita Federal do Brasil.

21. DOS PRAZOS DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. Após a assinatura do contrato, em ato contínuo, será realizada uma reunião entre o(a) **CONTRATADO(A)** e o **CONTRATANTE** para que sejam realizadas adequações necessárias ao início do desenvolvimento do Anteprojeto, Projeto Executivo e Complementares.

21.2. Para o desenvolvimento e apresentação do Anteprojeto, Projeto Executivo e Complementares, o(a) **CONTRATADO(A)** obedecerá aos prazos de entrega estabelecidos no cronograma a seguir:

21.2.1. Entrega do Anteprojeto: até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e emissão da respectiva ordem de serviço;

21.2.2. Entrega do Projeto Executivo e Complementares: até 45 (quarenta e cinco) dias após a aprovação do Anteprojeto, na forma do item 20.4.

21.3. Havendo necessidade de alterações ou complementações, a critério da Comissão Julgadora, conforme item 20.4, o(a) **CONTRATADO(A)** terá um prazo de 15 (quinze) dias corridos para cada reformulação/revisão/adequação do projeto apresentado, até que este seja aceito pelo CAU/GO.

22. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1. Para assegurar a perfeita execução dos serviços, em conformidade com o Edital e seus Anexos e as demais peças que regulam o certame, a Comissão Organizadora ficará responsável pela fiscalização dos serviços prestados, inclusive por atestar as faturas apresentadas pelo(a) **CONTRATADO(A)**, quando deverão informar se os serviços foram prestados adequadamente e nos prazos ajustados, comunicando qualquer deficiência



encontrada ao Gestor de Contratos do CAU/GO, o qual oficiará ao(à) **CONTRATADO(A)** para as providências necessárias;

22.2. A ausência ou omissão da Comissão Organizadora do CAU/GO não eximirá o(a) **CONTRATADO(A)** das responsabilidades previstas na lei ou no contrato, bem como nas normas técnicas que regem o assunto.

22.3. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Comissão Organizadora, podendo contar com auxílio de Colaboradores do CAU/GO, cabendo-lhe, entre outros:

22.3.1. Solicitar a execução dos serviços mencionados;

22.3.2. Supervisionar a execução dos serviços, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização de falhas ou defeitos observados;

22.3.3. Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora de sua competência;

22.3.4. Solicitar ao(à) **CONTRATADO(A)** e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.

22.4. O acompanhamento e a fiscalização acima não excluirão a responsabilidade do(a) **CONTRATADO(A)** nem conferirão ao CAU/GO, responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução do serviço contratado.

23. DOS ANEXOS

23.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- I. Projeto Básico;
- II. Nota Técnica;
- III. Termo de Cooperação Técnica CAU/GO e AGEHAB;
- IV. Portaria nº 34, de 23 de Junho de 2021 – Comissão Organizadora;
- V. Portaria nº 45, de 10 de agosto de 2021 – Comissão Julgadora
- VI. Modelo de Declaração de Contrato Social;
- VII. Modelo de Declaração que Não Emprega Menor;
- VIII. Termo de Cessão de Direitos Autorais - Premiados;
- IX. Termo de Cessão de Direitos Autorais - Contratado;
- X. Tabela de Honorários CAU;
- XI. Minuta de contrato.

24. DAS PENALIDADES E MULTAS

24.1. Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, erros de execução ou inadimplemento contratual, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao(à) **CONTRATADO(A)**, as seguintes sanções:



24.1.1. Advertência;

24.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, nos casos de rescisão contratual, por culpa do(a) **CONTRATADO(A)**;

24.1.3. O atraso injustificado na realização dos serviços contratados sujeitará o(a) **CONTRATADO(A)** à multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da contratação;

24.1.4. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por descumprimento de qualquer outra cláusula contratual;

24.1.5. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

24.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

24.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive a responsabilização do(a) **CONTRATADO(A)** por eventuais perdas e danos causados à Administração.

24.3. A multa deverá ser recolhida no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CAU/GO.

24.4. O valor da multa poderá ser descontado do valor do RCI (pessoa física), Nota Fiscal (pessoa jurídica) ou crédito existente no CAU/GO, em favor do(a) **CONTRATADO(A)**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

24.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

24.6. Conforme o disposto no inciso IX do artigo 55 da Lei nº 8666/93, o(a) **CONTRATADO(A)** reconhece os direitos do **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da referida lei.

24.7. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A participação do licitante implica a aceitação de todos os termos deste Edital, independentemente de transcrição, não sendo aceitas quaisquer alegações de desconhecimento de qualquer pormenor.

25.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.3. A CPL poderá excluir do certame, mediante ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o licitante que incorrer em conduta inadequada.

25.4. Nenhuma indenização será devida ao licitante pela elaboração e/ou apresentação de



documentos relativos a esta licitação.

25.5. É facultada à CPL ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão de documentos ou informações que deveriam constar da proposta técnica.

25.6. Esta licitação poderá ser revogada pela autoridade competente em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, situações nas quais deverá haver despacho escrito e fundamentado, não gerando, neste caso, para os licitantes, qualquer direito a indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

25.7. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação dos Projetos.

25.8. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio eletrônico: www.caugo.org.br ou junto à CPL, localizada na sede do CAU/GO, na Avenida Engenheiro Eurico Viana, nº 25, 3º andar, Ed. Concept Office, Vila Maria José, Goiânia – Goiás, de segundas a sextas-feiras, no horário das 10h00min às 16h00min por meio de agendamento para atendimento presencial.

25.9. Qualquer informação sobre este Edital e seus anexos, ou agendamentos para atendimentos presenciais, poderá contatar a CPL na sede do CAU/GO à Avenida Engenheiro Eurico Viana, nº 25, 3º andar, Ed. Concept Office, Vila Maria José, Goiânia - Goiás, no horário de 10h00min às 16h00min, de segundas à sextas-feiras. Telefone: (62) 3095-3048. E-mail: assessoria@caugo.gov.br. Site: www.caugo.org.br.

26. DO FORO

26.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Goiás, para dirimir eventuais dúvidas ou questões provenientes desta licitação.

Goiânia, 04 de agosto de 2021.

Fernando Camargo Chapadeiro
Presidente do CAU/GO